



Para entender a Reforma Administrativa

Um documento simples e sucinto, com quatro laudas datilografadas, e aprovado pela Comissão-Geral da Reforma Administrativa, fixa as diretrizes desse esforço do Governo Federal, sob o título de «A Reforma Administrativa e o Projeto de Transformação do País».

Segundo o documento, que é o roteiro operacional da Reforma Administrativa, seus princípios essenciais são: 1) restauração da cidadania; 2) democratização, descentralização e desconcentração; 3) revitalização do serviço público e valorização de seu servidor; 4) melhoria dos padrões de desempenho.

Restauração da Cidadania

O documento a explica como «o objetivo de prover aos cidadãos os meios para a realização dos seus direitos, obedecendo aos critérios de universalidade e acesso irrestrito». Para tanto, são requisitos: a) informação; b) decisão próxima do cidadão; c) capacidade de controle e reclamação. «Assim, será prioritária a reorientação e melhoria dos serviços públicos essenciais ao pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais».

Democratização

Prevê a democratização da administração em todos os níveis de Governo, «através do exercício do poder lastreado em resultados obtidos após amplo debate e de

decisões democráticas que incorporem posições dos diversos segmentos da sociedade».

E aponta mais: a) dinamização, redução do formalismo e transparência dos mecanismos de decisão e controle; b) controle do Poder Executivo pelo Poder Legislativo e pela Sociedade; c) articulação e proposição de novas modalidades organizacionais de decisão, execução e controle administrativo e institucional.

Descentralização e Desconcentração

Nesse item, a reforma objetiva que descentralização e desconcentração serão instrumentos para restabelecer o federalismo e situar a decisão pública próxima do local da ação.

«A prática da Descentralização e Desconcentração — diz o documento — poderá vir a ser extraordinariamente acelerada mediante um amplo exame e debate sobre as funções que a Sociedade deseja serem exercidas em cada nível de Governo. A revisão imediata dos mecanismos fiscais e financeiros de alocação de recursos se constituirá igualmente em alavanca essencial desse processo».

Além disso, os objetivos procurarão: a) reverter o processo de crescimento desordenado da Administração Federal; b) evitar a imposição de estruturas, normas e procedimentos idênticos para os

órgãos e entidades de natureza similar.

Revitalização do Serviço Público e Valorização do Seu Servidor

Com o objetivo de motivá-lo e engajá-lo na sua respectiva função, «Para isso torna-se imprescindível: a) consolidar as muitas práticas de administração de pessoal em uma política mais coerente; b) estabelecer critérios de ingresso, progressão, treinamento, remuneração e benefícios adequados à execução descentralizada, respeitadas as diversidades setoriais; c) buscar a descompressão salarial em todos os níveis do Serviço Público.

Melhoria dos Padrões de Desempenho

Tem o objetivo de promover a locação mais eficiente de recursos. Como, por exemplo: a) reduzir o desperdício em muitos setores e funções governamentais; b) equilibrar a composição dos gastos, assegurando a redução do dispêndio com a própria administração em favor da utilização dos recursos na provisão efetiva de bens e serviços; c) simplificar e desburocratizar os procedimentos; d) estimular na Administração Pública Federal estilos gerenciais que promovam a melhoria da qualidade de seus bens e serviços, a produtividade e a realização profissional dos seus servidores.